

Pesquisa em Debate

AVALIAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL

SCHOOL EVALUATION IN BRAZIL

Lígia Maria Garcia Sousa

Mestre em Educação, Administração e Comunicação da Universidade São Marcos.

Rosemari Fagá Viégas

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo e professora da Universidade São Marcos.

Resumo

O presente artigo trata-se de um trabalho de revisão bibliográfica e pesquisa de campo, que tem como finalidade apresentar a opinião de renomados estudiosos a respeito do tema “avaliação escolar” e políticas públicas no Brasil. Enfocam-se, através da prática educativa, pontos essenciais, tais como, os sistemas avaliativos aliados às políticas educacionais em vigor no Brasil e, as relações existentes entre avaliação, aprendizagem e progressão continuada. A necessidade da construção de um projeto político-pedagógico é assinalada como fator de alta relevância para a melhoria do mecanismo ensino-aprendizagem. A partir de uma abordagem histórica e reflexiva, busca-se discutir sobre o tema da avaliação e, sobretudo, sobre o papel da escola na formação de cidadãos.

Palavras-chaves: Avaliação Escolar; Educação; Políticas Públicas

Abstract

This article presents a work of literature and field research, which is to present the views of renowned scholars on the theme "school evaluation and public policy in Brazil. We focus through educational practice, key points, such as evaluative systems coupled with educational policies in force in Brazil, and the relationship between evaluation, learning and continuous progression. The need to develop a political-pedagogical project is indicated as a factor highly relevant to improving the teaching-learning mechanism. From a historical and reflexive, we seek to discuss the issue of evaluation and, above all, the school's role in the formation of citizens.

Key words: School Assessment, Education, Public Policy

Introdução

No ambiente escolar, a crítica ainda é direcionada aos professores e alunos – “os primeiros que não sabem ensinar e os segundos que não têm interesse em aprender”. Porém, tal entendimento não analisa profundamente a questão da eficiência ou não do ensino-aprendizagem. Essa é uma visão superficial que não situa a escola dentro de seu contexto social, dentro de políticas públicas e tão pouco examina o envolvimento da sociedade com a gestão escolar. Uma nova perspectiva, talvez, esteja na atitude dos gestores da escola, dos pais e da comunidade que unidos podem trabalhar em favor da melhoria do processo ensino-aprendizagem. De nada adianta culpar o Estado e a escola, mais especificamente os professores, quando os mecanismos de aprendizagem falham.

Na tentativa de reverter essa situação, algumas primeiras ações são efetivadas. Pontuam-se, em particular, as Leis de Diretrizes e Bases para a Educação e os Parâmetros Curriculares Nacionais. Também são criados instrumentos de avaliação do ensino, tais como, Prova Brasil, SARESP e ENEM, que, mesmo sendo alvo de polêmicas e discussões acerca da sua efetividade, não deixa de apresentar dados que podem ser o princípio para que grandes mudanças ocorram.

Documentos oficiais demonstram que a Educação tem se dirigido à formação de cidadãos, ou seja, à preparação de indivíduos que possam participar ativamente da sociedade. Esse novo enfoque traz a necessidade de mudanças nas estratégias e metodologias de ensino-aprendizagem, com a percepção que de nada adianta a assimilação de conteúdos diversos, quando o aluno não consegue aplicá-los de maneira significativa em sua realidade. O exercício da cidadania é um dos itens que requer uma educação contextualizada e significativa.

É preciso que o aluno adquira uma visão interdisciplinar, na qual as disciplinas e seus conteúdos estejam relacionados. Hoje, a instituição escolar precisa abandonar antigos paradigmas, que não mais se aplicam à realidade e às necessidades de seus alunos. Não há mais lugar para disciplinas desconexas e sem significados. A ideia de uma educação integral é um grande passo para a redução das desigualdades, uma vez

que o objetivo é de que todos tenham condições de competir, ou melhor, de buscar as oportunidades de emprego em condições de igualdade.

A ênfase dos Parâmetros Curriculares Nacionais em trabalhar a diversidade, valorizando a interdisciplinaridade, temas transversais e a formação para a cidadania, traz olhar original, ao menos na teoria, para a construção de uma “nova escola”. A interdisciplinaridade assume papel fundamental, nesse contexto, por inserir o cotidiano escolar na realidade social, ou seja, facilita a compreensão entre teoria e prática, tornando mais relevantes os conteúdos propostos pela escola.

A avaliação surge, então, naturalmente como etapa final na aplicação de uma unidade de conteúdo, verificando o nível de aprendizagem do aluno, além de sua eficácia em um contexto geral. No entanto, para que isso seja possível, há a necessidade da elaboração de um planejamento de ensino, baseado em um currículo com objetivos bem definidos, sustentando parâmetros para a avaliação do conteúdo, da aprendizagem ou do método de ensino. O sistema de avaliação necessita ter um preparo que possibilite sua eficácia.

Nesse sentido, a prática da avaliação tem sofrido críticas, particularmente, porque tem se detido nos aspectos quantitativos, em detrimento dos qualitativos, nos quais a atribuição de notas e a classificação do estudante são mais relevantes do que os objetivos mais amplos da educação como, por exemplo, a consciência cidadã e o preparo para enfrentar os desafios que surgirão no decorrer da vida social, profissional e acadêmica do indivíduo.

A problemática central discutida neste artigo gira em torno da avaliação escolar, tomando por base a voz dos agentes que estão envolvidos no processo ensino-aprendizagem, procurando responder ao seguinte questionamento: Como a avaliação é percebida e sentida por alunos, professores, pais e gestores? A partir dessa diretriz, a escolha do tema ressalta a avaliação escolar dentro de uma nova proposta sobre a aquisição do conhecimento. A reflexão é dirigida aos sistemas avaliativos e às políticas educacionais brasileiras. Aspectos como progressão continuada e a interação existente entre aprendizagem e avaliação são analisados sob o prisma de autores especialistas no assunto.

Sistemas Avaliativos e Políticas Educacionais no Brasil

No Brasil, a atual política educacional é parte do projeto de reforma do Estado que visa administrar recursos e restringir seu papel em relação às políticas sociais. Isto significa que, de um lado, com a reforma, o Governo Federal delega, cada vez mais, sua responsabilidade quanto ao financiamento das políticas educacionais. Nesse processo, observa-se o incentivo à iniciativa privada no investimento em projetos sociais, atribuindo às empresas privadas a tarefa de investir, inclusive, em escolas públicas. De outro lado, o Estado tem constantemente elaborado políticas educacionais, tais como as Leis de Diretrizes e Bases e, especialmente, os Parâmetros Curriculares Nacionais, voltadas à avaliação das instituições de ensino.

Esse tipo de conduta do Estado ganha impulso nos anos de 1990, apoiada principalmente em estudos sobre desenvolvimento industrial, tecnologia e educação. Esses estudos têm como perfil educativo-cultural da força de trabalho e os novos paradigmas da organização da produção e do trabalho, que colocam a questão da "qualidade" como o grande desafio para o sistema educativo-cultural brasileiro: mais do que o direito social de acesso à escola, o desafio é o de fazer a "qualidade do cidadão", a "qualidade do trabalhador", a "qualidade do familiar" e a "qualidade do indivíduo". A grande questão é: a escola está desempenhando seu verdadeiro papel?¹

Na tentativa de responder essa questão e refletir sobre os seus desdobramentos, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais do Ministério da Educação (INEP) possui um sistema permanente de avaliação com o objetivo de melhorar a

¹ GUSSO, D. A. Medida e avaliação educacional: problemas e tendências. *Estudos em Avaliação Educacional*. São Paulo: FCC, n.6, p. 9-28, jul./dez. 1992, p. 32.

qualidade das escolas. Integra esse sistema de aferição e avaliação, o sistema instrucional, o SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, cuja finalidade é contribuir para a revisão da prática pedagógica e de características viciadas do sistema educacional.

O SAEB abrange, em primeiro nível, os aspectos relativos aos indicadores de produtividade e de eficiência, aferidos por meio de um modelo de fluxo e produtividade da UNESCO, que possibilita a análise do sistema educacional quanto a taxas de produtividade, perdas com evasão e repetência, níveis de escolarização real em cada um dos Estados e do país. Em um segundo nível, destina-se a verificar as condições de trabalho e as condições da escola – questões relativas à gestão escolar; à atuação dos professores em sala de aula e suas concepções sobre esse trabalho; às formas de organização e objetivos do trabalho docente; ao custo efetivo de cada aluno e, ao rendimento escolar.

A estratégia utilizada pela SAEB avalia as correlações entre questões da gestão escolar, competência docente, custos e rendimento dos alunos². O sistema de avaliação analisa ainda a gerência do sistema educacional. Dentre as principais vantagens estão: a capacidade de gerar informações e o favorecimento de uma base para tomada de decisões nas administrações educacionais. Assinala-se que o SAEB não é um sistema fechado, mas uma base de dados que pode agregar outros trabalhos de avaliação, de forma a ampliar a discussão em torno da melhoria da educação.³

Dos envolvidos na criação de estratégias para condução das políticas avaliativas, espera-se o estabelecimento de critérios e a criação de mecanismos de controle que dificultem a concentração do poder de decisão. Tais medidas favorecem a contínua atualização de informações, além da implantação da avaliação de resultados. A autonomia da Escola é compreendida como uma das estratégias para a melhoria da qualidade no processo ensino-aprendizagem.

Projeto Político-Pedagógico: Busca pela Melhoria da Educação

² PESTANA, M. I. G. de S. *O Sistema nacional de avaliação da educação básica. Estudos em Avaliação Educacional*. São Paulo: FCC, n.5, p. 81-84, jan./jun. 1992.

³ PESTANA, M. I. G. de S. Idem.

A inserção de conteúdos escolares que integram a vivência do aluno é uma questão emergente. Entretanto, na prática, o que ocorre na escola é algo muito distante desse ideal. Os educadores são unânimes em concordar com essa aspiração, contudo, são os que mais se contradizem. Falta, ainda, uma percepção coletiva dessa distância, aliada à ausência de instrumentos para diminuí-la⁴. A mudança na prática educativa torna-se complexa, pois é preciso rever ideias enraizadas. Nesse ponto, o discurso muda de rumo, porque a teoria não consegue ser aplicada à prática. Segundo Celso Vasconcelos: “Ocorre que o papel da teoria deve ser exatamente este: tentar captar estes determinantes, o movimento do real para nele intervir. Este é o desafio”.⁵

Para enfrentar esse desafio, é imprescindível a organização de um Projeto Político-Pedagógico – instrumento teórico-metodológico capaz de fomentar transformações nas práticas educacionais. Para que ocorra uma mudança em sala de aula, é preciso que haja uma proposta conjunta da escola. Acrescente-se, também, o uso de uma filosofia educacional que é adequada às necessidades de cada indivíduo. Isto implica em um estudo multidisciplinar sobre tais necessidades. Ressalta-se que as metodologias de ensino aplicadas isoladamente se demonstram ineficientes. Além disso, é preciso que todos falem a “mesma linguagem”, compartilhando visão de mundo e de educação, além do trabalho coordenado.

Desde a década de 1970, as instituições de ensino são criticadas. Nos anos de 1980, a escola torna-se reconhecida como uma “organização social, com identidade e cultura próprias, um espaço de autonomia a construir e a descobrir, susceptível de se materializar num projeto educativo (Canário, 1992:166)”.⁶ Chega-se à conclusão de que o modelo tradicional de “regimento escolar” não mais se adéqua às mudanças da sociedade cada vez mais caótica.

Nesse panorama, o Projeto Político-Pedagógico se afirma como uma necessidade para os educadores e para as instituições de ensino⁷, acompanhando mudanças e adequando-se às necessidades de cada instituição de ensino. Trata-se de um

⁴ VASCONCELLOS, Celso dos S. *Coordenação do Trabalho Pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2002, p. 15.

⁵ VASCONCELOS, Celso dos S., op. cit., p. 15.

⁶ VASCONCELOS, Celso dos S., op. cit., p. 16.

⁷ *Ibidem*, p. 16.

plano global da instituição, não definitivo que tem como objetivo se aperfeiçoar ou se modificar, de acordo com as necessidades.

De acordo com Vasconcellos:

É um instrumento teórico-metodológico para a transformação da realidade. Enquanto processo, implica a expressão das opções da instituição, do conhecimento e julgamento da realidade, bem como das propostas de ação para concretizar o que se propõe a partir do que vem sendo; e vai além: supõe a colocação em prática daquilo que foi projetado, acompanhado da análise dos resultados.⁸

As principais características são apontadas abaixo: abrangência ampla, integral ou global; duração longa (geralmente para um ou vários anos); participação coletiva, democrática; concretização processual (está sempre sendo reconstruído).

Ainda, de acordo com Vasconcellos⁹, o Projeto Político-Pedagógico submete-se a um planejamento rigoroso e comprometido com a transformação, abrangendo ainda cinco dimensões: dados (conhecimento, diagnóstico, necessidade, problema, justificativa, situação, contexto, realidade); objetivo (meta, missão, princípio, visão do futuro, utopia, sonho, horizonte, finalidade); orientação para a ação (diretriz, política, estratégia, “como”, programação, plano de ação); prática (aplicação, operacionalização, execução, implantação, realização, mediação, ação); análise dos resultados (controle, retro-alimentação, monitoramento dos resultados, acompanhamento, avaliação).

Recomenda-se que um processo de planejamento, em sua fase de elaboração, contenha uma reflexão em três dimensões fundamentais: análise da realidade, projeção de finalidades e elaboração de formas de mediação (Plano de Ação). A realização interativa necessita da ação, de acordo com plano que foi elaborado, bem como, a avaliação. Cada uma das partes abordadas necessita da atuação de profissionais com competências diferenciadas.¹⁰

Não existe um consenso quanto ao termo “Projeto Político-Pedagógico”, uma vez que se trata de uma temática nova para os educadores. Alguns se preocupam com o termo “político”, acreditando que o mesmo já está inserido no termo “pedagógico”. Além disso, não deve haver preocupação em se evidenciar a questão política, pois ela

⁸ Ibidem, p. 16-17.

⁹ Ibidem, p. 18-19.

¹⁰ Ibidem, p. 19.

está presente na sociedade como um todo, inclusive na escola. São, então, finalidades do Projeto Político-Pedagógico¹¹:

- Resgatar a intencionalidade da ação, permitindo a (re)significação do trabalho; superar a crise de sentido;
- Ser um instrumento de transformação da realidade;
- Dar um referencial de conjunto para a caminhada; gerando solidariedade, parceria;
- Ajudar a construir a unidade;
- Propiciar a racionalização dos esforços e recursos;
- Ser um canal de participação efetiva;
- Diminuir o sofrimento, aumentar a satisfação do trabalho;
- Fortalecer o grupo para enfrentar conflitos;
- Colaborar na formação dos participantes.

Embora pareçam muito amplos, os resultados dependem tanto do compromisso dos envolvidos, quanto do referencial teórico-metodológico adotado. O Projeto tem como finalidade auxiliar na conquista e consolidar a autonomia da escola, além de criar um clima de cooperação entre professores e equipe. O Projeto articula, no interior da escola, a tensa vivência da descentralização, permitindo o diálogo com a comunidade. Embora tal autonomia seja relativa, não justifica seu fechamento, isolamento ou auto-suficiência, pois representa também o exercício dos direitos fundamentais de cidadania.

A estrutura básica da elaboração do Projeto Político-Pedagógico compreende-se em: marco referencial, diagnóstico e programação. O Projeto Político-Pedagógico, sob o prisma do Planejamento Participativo tem duas grandes contribuições: o rigor teórico-metodológico (qualidade formal) e a participação (qualidade política). Segundo Vasconcellos: "A participação aumenta o grau de consciência política, reforça o controle sobre a autoridade e também revigora o grau de legitimidade do poder-serviço".¹² Para se vencer a resistência às mudanças na instituição, é preciso que se busque o apoio de vários sujeitos, a fim de se diminuir os obstáculos.

A elaboração participativa do Projeto Político-Pedagógico é uma oportunidade para a comunidade refletir e definir em conjunto a escola que deseja construir. Para se

¹¹ Ibidem, p. 20.

¹² VASCONCELOS, Celso dos S., op. cit., p. 26.

dar início ao projeto é necessário haver primeiramente o real desejo de mudança e aperfeiçoamento, partindo-se, então, para a ação. Mas não pode ser qualquer ação. Tal ação precisa ser eficaz e inovadora. “O objetivo de todo processo de planejamento é, portanto, chegar à ação transformadora”.¹³

A ação transformadora supre necessidades do grupo ou instituição, daí a necessidade de se conhecer bem quais são essas necessidades, a fim de saber o que se pode fazer. A necessidade é, pois, um critério básico, definidor do caráter da ação a ser realizada; mas não é tudo. Além disso, para que uma ação venha a acontecer (...), tem de ser possível. Logo, o plano de ação deve levar em conta, como outro critério básico, as possibilidades de se colocar em prática; quando este critério não é observado, as coisas não acontecem, há desmoralização de quem planeja, levando também ao descrédito a própria ideia de planejamento.¹⁴

Embora possa haver divergências quanto às necessidades, é preciso haver um consenso, através do Planejamento Participativo, a fim de se avaliar a definição coletiva e crítica das necessidades. Em seguida, estudam-se as possibilidades, através de avaliações, históricas, processuais e abertura de novos caminhos, se for necessário. Para se chegar às necessidades e possibilidades, sem dúvida, é preciso se conhecer a realidade de onde vamos atuar, estabelecendo um juízo sobre ela.¹⁵

A construção do Projeto Político-Pedagógico depende dos participantes, especialmente a coordenação, e esses precisam alcançar três níveis de competências: conceitual, procedimental e atitudinal.¹⁶ O grande problema apresentado por aqueles que participam de um Projeto como este é a falta de participação, compromisso e engajamento do grupo responsável pela elaboração. É preciso haver um processo de sensibilização do grupo, a fim de que reconheçam que seu papel é essencial para a mudança na instituição.

Quando se consegue explicitar as esperanças, desejos e necessidades, há uma real contribuição para o grupo, além de gerar um amadurecimento e fortalecimento do grupo como um todo. Depois de se chegar a um consenso, parte-se para a deliberação

¹³ Ibidem, p. 29.

¹⁴ Ibidem, p. 30.

¹⁵ Ibidem, p. 33.

¹⁶ Ibidem, p. 36.

sobre a metodologia da elaboração do projeto, que necessariamente passa pelas seguintes etapas: apresentação da tarefa; resposta individual; sistematização das respostas; plenário.

A coordenação deve ter bastante clareza sobre a proposta metodológica, dominando bem as técnicas para a realização e condução do processo. É também preciso resgatar a credibilidade dos educadores nos processos de planejamento¹⁷, uma vez que, com o crescimento da autonomia, a escola ganha conjuntamente. Por fim, deve-se avaliar o projeto, buscando verificar se as ações realmente têm sido colocadas em práticas, e que resultados estão alcançando. Para tanto, é preciso haver a participação tanto da instituição, como dos alunos e comunidade.

Avaliação, Aprendizagem e a Progressão Continuada

No processo de ensino e aprendizagem, diferentes metodologias podem e devem ser utilizadas pelo educador, que também deve buscar formas avaliativas de seu próprio trabalho. Em momento algum, a avaliação deve ser posta como num jogo de força, no qual se exercita a autoridade de um sobre o aluno. A avaliação serve como instrumento motivador e orientador para a atuação de aluno e professor. O avaliador deve considerar as diferenças e a velocidade com que cada aluno aprende.

Não cabe um sistema avaliativo que exerça qualquer tipo de opressão ao aluno, mas que o leve à reflexão e à conscientização de seu papel, no processo de ensino-aprendizagem. A Educação não pode ser vista como algo estático. Daí a importância da constante adequação de metodologias – o que pode ser bom hoje, amanhã possivelmente precise ser mudado. A escola deve seguir ao lado da evolução do contexto cultural e social, senão ela não formará cidadãos atuantes e conscientes.

Nessa direção, o ensino não pode ocorrer de modo superficial, como se nada valesse a pena, mas de maneira séria e consciente, tanto para quem ensina como para quem aprende. O professor precisa também investir em sua própria formação, contando com o suporte da Escola, da sociedade e da família de seus alunos. A formação continuada não pode ficar apenas na oratória de alguns, mas na ação. Um professor mal

¹⁷ Ibidem, p. 44.

preparado ou que não está buscando o próprio desenvolvimento, não terá condições de avaliar métodos e sistemas de ensino, muito menos seu próprio aluno.

A avaliação, nesse âmbito, deve servir para a identificação dos obstáculos que estão impedindo a aprendizagem, seja no tocante à falta de preparo do professor, seja na inadequação de currículos fechados, que não permitem a adequação do plano de ensino à realidade do aluno. A implantação do Regime de Progressão Continuada para o Ensino Fundamental, realizada pelo Conselho Estadual de Educação de São Paulo, em 1998, por meio da Deliberação nº 09/97, artigo nº 32, § 1º e § 2º da LDB nº 9394/96, assim estabelece:

§ 1º É facultado aos sistemas de ensino desdobrar o ensino fundamental em dois ciclos:

§ 2º Os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada, sem prejuízo da avaliação do processo de ensino aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino.

O sistema de progressão continuada gera diversos questionamentos sobre o processo avaliativo, sendo que alguns professores simplesmente optam pela não avaliação. Além disso, a progressão continuada permite a organização do currículo em ciclos, sem retenção dos alunos. A finalidade dessa medida está em assegurar a aprendizagem e o progresso do aluno sem preocupação com a retenção. A ideia é de um currículo com conteúdos interligados e significativos para o aluno, que teria também aulas diversificadas e a aprendizagem voltada à formação global do aluno, que deve ser estimulado a gostar de aprender e ser levado ao desenvolvimento de potencialidades nas diversas áreas do conhecimento, ampliando sua visão de mundo.

Em resposta aos questionamentos levantados a respeito da avaliação no sistema de progressão continuada, o Conselho Estadual da Educação (C.E.E.) publica o documento nº 22/97, com o seguinte teor:

O Regime de Progressão Continuada exige um novo tratamento para o processo de avaliação na escola, transformando-a num instrumento guia essencial para a observação da progressão dos alunos (...). Ela adquire um sentido comparativo do antes e do depois da ação do professor, da valorização dos ganhos, por pequenos que sejam, em diversas dimensões, do desenvolvimento do aluno, perdendo absolutamente seu sentido de faca de corte.

Dessa forma, a avaliação é vista como meio de percepção do desenvolvimento intelectual do aluno, abandonando uma ideia de avaliação seletiva fundamentada na quantificação dos conhecimentos memorizados ou apenas decorados. A avaliação torna-se um componente do processo de formação do aluno.

A construção do saber pelo aluno deve ser orientada pelo professor, que deve ter o partido de uma avaliação formativa. Segundo Perrenoud, a rigidez dos sistemas tradicionais de ensino não possibilita o aprendizado e a avaliação formativa, por fatores diversos, tais como; excesso de alunos por sala, carga horária dos professores muito elevada, inflexibilidade de grades curriculares, além de programas conteudistas que não consideram as diferenças individuais. Para ele, os sistemas de ensino por ciclos devem adequar-se, e sugere:

(...) Trabalhar no sentido de uma avaliação formativa significa renunciar e fazer da seleção a aposta permanente da relação pedagógica, significa deixar de manter os alunos sob a ameaça da repetição ou da rejeição para vias de ensino mais exigentes (...).¹⁸

(...) significa munir-se dos meios para remediar as dificuldades dos alunos mais lentos, mais fracos (...).¹⁹

O grande problema é que, na maioria das escolas que adota o regime de ciclos, não ocorre adequação do sistema de avaliação, que continua a ser o utilizado no sentido da escola tradicional. Como aborda Ronca, o processo de mudança deve ser profundo, pois: “a progressão continuada exige mudanças na mentalidade e no coração de educadores e educandos; atinge-os direta, interna e intimamente no que diz respeito a referenciais, paradigmas, escalas, ciclos e modelos”.²⁰

Nesse sentido, os currículos devem ter um novo significado, como observa Abramowicz:

(...) evoluindo de uma visão tecnicista de rol de disciplinas, para a proposta de um currículo polissêmico, multifacetado, visto como uma construção cultural, historicamente situado, socialmente construído,

¹⁸ PERRENOUD, P. “Não mexam na minha avaliação!” Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: *Avaliações em Educação: Novas Perspectivas – Coleção Ciências da Educação* n. 9, Lisboa: Porto Editora, 1999, p. 180.

¹⁹ PERRENOUD, op. cit., p. 183.

²⁰ RONCA, P. A. C. “No Sistema de Avaliação da Aprendizagem, uma pimenta chamada Progressão Continuada”. In *Educação Continuada: Experiência Pólo 3, Universidade de Mogi das Cruzes/FAEP*. São Paulo, 1998, p. 4.

vinculado indissociavelmente ao conhecimento, constituindo-se no elemento central do projeto educativo da escola.²¹

Ainda segundo Abramowicz, o professor precisa abandonar o papel de simples transmissor de conteúdos, controlador e autoritário, uma vez que sua real função é favorecer o processo de aprendizagem:

Ele (o professor) é o profissional comprometido com o objetivo de promover o aluno e garantir seu progresso e avanços constantes, em uma dimensão fundamentalmente ética que busca preservar o direito à educação desse aluno, seu acesso e permanência em um sistema de ensino de qualidade.²²

O ensino de qualidade, no entanto, requer a participação de todo o grupo de professores, por meio de projetos interdisciplinares, possibilitando o acompanhamento, a troca de informações sobre os alunos, a respeito de seus progressos e dificuldades. De acordo com a *Revista Nova Escola* de 13.02.2009, há nove formas de avaliar os estudantes, cada uma apresentando um determinado benefício:

Tabela 1 – Tipos de avaliação

TIPO	FUNÇÃO	VANTAGEM
Prova objetiva	Avaliar quanto o aluno apreendeu sobre dados singulares e específicos do conteúdo	É familiar às crianças, simples de preparar e de responder e pode abranger grande parte do exposto em sala de aula.
Prova Dissertativa	Verificar a capacidade de analisar o problema central, formular idéias e redigi-las.	O aluno tem liberdade para expor os pensamentos mostrando habilidades de organização, interpretação e expressão.
Seminário	Possibilitar a transmissão verbal das informações pesquisadas de forma eficaz.	Contribui para a aprendizagem do ouvinte e do expositor, exige pesquisa e organização das informações e desenvolve a oralidade.
Trabalho em Grupo	Desenvolver a troca, o espírito colaborativo e a socialização.	A interação é um importante facilitador da aprendizagem e heterogeneidade da classe pode ser usada como um elemento a favor do ensino.
Debate	Aprender a defender uma opinião, fundamentando-a em argumentos.	Desenvolve a habilidade de argumentação e a oralidade e faz com que o aluno aprenda a escutar com um propósito.
Relatório Individual	Averiguar se o aluno adquiriu os conhecimentos previstos.	É possível avaliar o real nível de apreensão de conteúdos depois de atividades coletivas ou individuais.
Autoavaliação	Fazer o aluno adquirir capacidade de analisar o que aprendeu.	O aluno torna-se sujeito do processo de aprendizagem, adquire responsabilidade e aprende a enfrentar limitações e aperfeiçoar potencialidades.
Observação	Obter mais informações sobre as áreas afetiva, cognitiva e psicomotora.	Perceber como o aluno constrói o conhecimento seguindo de perto todos os passos desse processo.
Conselho de Classe	Trocar informações sobre a classe e sobre cada aluno para embasar a tomada de decisões.	Favorece a integração entre professores, a análise do currículo e a eficácia das propostas e facilita a compreensão dos fatos pela troca de pontos de

²¹ ABRAMOWICZ, Mere. *Avaliando a avaliação da aprendizagem: um novo olhar*. São Paulo: Lúmen, 1996, p. 36.

²² ABRAMOWICZ, Mere. Op. cit., p. 40.

Fonte: www.novaescola.org.br

Conclusão

A avaliação é um tema bastante relevante nos dias atuais. Envolve uma reflexão abrangente em torno dos métodos de ensino convencional ou tradicional que vem sendo discutidos pelos estudiosos da área. Embora ocorram estudos sobre as possibilidades de transformações nas práticas educacionais há décadas, somente após o rápido desenvolvimento nas tecnologias da informação, especialmente decorrente do acesso à Internet e outras mídias, é que as mudanças tornaram-se ainda mais urgentes.

Nesse sentido, algumas escolas particulares têm caminhado passos à frente, ao oferecer aos seus alunos um ensino mais contextualizado. Simultaneamente, o Estado e seus governos tomam algumas medidas em favor da moralização e melhoria do ensino público, visando a inclusão daqueles que sequer conseguem finalizar o ensino fundamental e, muito menos, o Ensino Médio.

Dentre essas medidas encontra-se a Lei de Diretrizes e Bases e os Parâmetros Curriculares Nacionais, que norteiam e recomendam os principais conteúdos escolares no país. Nesses conteúdos as preocupações centrais referem-se à educação contextualizada, interdisciplinar, com abordagem de temas transversais, que contribuem para o desenvolvimento de senso crítico, além de trabalhar o desenvolvimento de competências e habilidades. Enfatiza-se a necessidade da formação para a vida, para o exercício da cidadania, na qual o indivíduo (aluno) não pode ficar preso a conteúdos estanques e sem sentido, mas “aprendendo a aprender”, uma vez que essa será vertente constante em sua vida.

Gradualmente, a escola pública adéqua-se, visando uma melhoria nas condições de ensino de seus alunos, enquanto a rede privada já investe em recursos tecnológicos, atualizando suas estratégias de ensino-aprendizagem e avaliação. Devido às diferenças na gestão desses dois tipos de instituições (públicas e privadas), as mudanças ocorrem mais rapidamente na esfera privada.

O diferencial está no fato da rede pública ser administrada pelo Estado, sem uma estrutura que efetivamente exija resultados de seus gestores e professores.

Contrariamente, a rede privada tem isso como princípio básico, sob o risco de não conseguir competir e sobreviver no “mercado”. Possivelmente seja esta a primeira grande diferença na qualidade da educação. Afinal, os pais e alunos são clientes que precisam ser atendidos satisfatoriamente, o que coloca seus gestores e professores em condição de busca contínua de melhoria no processo de ensino-aprendizagem.

Além disso, na esfera particular, há maior proximidade entre pais, alunos e escola, que favorece a troca de ideias e a adoção de estratégias que possibilitem rápidas mudanças e adequações. No caso da escola pública, apesar de ocorrer reuniões de pais e mestres, ainda parece haver grande descompasso na opinião dos alunos, pais, professores e gestores. Embora o discurso seja de reconhecimento das deficiências e busca da melhoria, parece que tudo isso fica apenas na teoria, quando se depara com o cotidiano escolar.

No contexto atual, um processo avaliativo que não considere aspectos subjetivos está totalmente descontextualizado, perdendo seu valor e significado. Assim, é necessário que também a avaliação seja claramente discutida com os alunos, a fim de que compreendam sua importância e objetivos. Partem-se do princípio que as políticas públicas não estão totalmente comprometidas com a formação dos alunos como cidadãos, buscando uma educação para a autonomia. Devido a interesses políticos e econômicos, as políticas públicas atendem interesses de uma minoria detentora do poder. O ensino de qualidade – geralmente em instituições particulares – é acessível aos filhos dos mais abastados, enquanto os filhos das classes trabalhadoras não têm as mesmas oportunidades, uma vez que estudam em escolas públicas, que, ideologicamente, atendem aos interesses da burguesia.

Em resumo, apesar das diferenças na atuação de professores da esfera pública e privada, é notório também que isso não significa que os professores da rede pública sejam preparados, realmente a questão gira em torno da gestão. A avaliação como um processo permanente, permite um contínuo reinício do processo de aprendizagem, superando os principais vícios do sistema tradicional.

Referências Bibliográficas

ABRAMOWICZ, Mere. *Avaliando a avaliação da aprendizagem: um novo olhar*. São Paulo: Lúmen, 1996.

GUSSO, D. A. Medida e avaliação educacional: problemas e tendências. *Estudos em Avaliação Educacional*. São Paulo: FCC, n.6, p. 9-28, jul./dez. 1992.

PERRENOUD, P. Não mexam na minha avaliação! Para uma abordagem sistêmica da mudança pedagógica. In: *Avaliações em Educação: Novas Perspectivas – Coleção Ciências da Educação* n. 9, Lisboa: Porto Editora, 1999.

PESTANA, M. I. G. de S. *O Sistema nacional de avaliação da educação básica*. *Estudos em Avaliação Educacional*. São Paulo: FCC, n.5, p. 81-84, jan./jun. 1992.

RONCA, P. A. C. No Sistema de Avaliação da Aprendizagem, uma pimenta chamada Progressão Continuada. In *Educação Continuada: Experiência Pólo 3, Universidade de Mogi das Cruzes/FAEP*. São Paulo, 1998.

VASCONCELLOS, Celso dos S. *Coordenação do Trabalho Pedagógico*. São Paulo: Libertad, 2002.

Sites:

www.mec.gov.br. Acesso em 02.02.2009.

Revista Nova Escola – www.revistanovaescola.org.br.